

"Um remendo no problema crônico da dívida externa"

por Walkyria Portes

de São Paulo

A atual negociação da dívida externa, embora fuja dos moldes tradicionais — o governo quer, por exemplo, desvincular o acordo com os bancos de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — é de fôlego curto, "apenas mais um remendo no problema crônico da dívida", disse ontem Paulo Nogueira Baptista Júnior. Ele reiterou suas críticas a qualquer aproximação com o FMI e afirmou que não existe, ao contrário do que diz o governo, um acordo formal sem monitoramento. "Basta saber como opera o FMI para compreender que isso não existe." Para Baptista Júnior, que foi membro da equipe econômica anterior e participou de negociações da dívida, o País está perdendo a oportunidade de aprofundar a mudança de abordagem na questão do débito externo, iniciada com a moratória mexicana e para a qual o Brasil contribuiu ao rejeitar ir ao FMI como condição para negociar com os bancos e ao suspender, sem aviso prévio, o pagamento dos juros.

FAVORÁVEL

A AVANÇOS

"A situação internacional é favorável a avanços, pois até os bancos credores reconhecem que não há mais condições de se manter o modelo tradicional, caso a caso, que não conseguiu tirar nenhum país da crise."

Ele vê sério risco no esquema atual, que limita a negociação ao período de 1987/88, se chegar ao segundo semestre de 88 tendo que retomar as negociações, numa situação anterior à moratória. "O que acontecerá, então? Moratória não se pode declarar a qualquer momento."

Baptista Júnior, que fez palestra na Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, rebateu o argumento de que o FMI facilita a negociação com os bancos, citando como exemplos o México, que levou dez meses para fechar um acordo, e a Argentina, ainda enfrentando problemas. Uma solução duradoura, interpreta, só seria obtida com a manutenção da moratória até que se consiga um acordo satisfatório.

SEM RETALIAÇÕES

A moratória, afirmou, ao contrário do que se previa, não gerou retaliações, mas o reconhecimento, pelos bancos credores, com a elevação de suas reservas, de que terão de absorver perdas, como contribuição à questão da dívida. Um acordo formal com o FMI, diz, implica aceitar monitoramento, com a imposição de programa recessivo e geração de superávits comerciais para pagar a dívida, sem benefícios ao País.